

## BALANÇO SOBRE O ESTUDO DAS RELIGIÕES NA PENÍNSULA IBÉRICA ANTIGA E NA ALTA IDADE MÉDIA

ARNALDO DO ESPÍRITO SANTO \*

São de grande envergadura os investigadores que desde cerca de meados do séc. XX até aos nossos dias têm dedicado o melhor do seu labor ao estudo das religiões que se manifestaram no espaço peninsular ibérico, no período de que me ocuparei, que vai da implantação do cristianismo à época da reconquista, particularmente durante as monarquias sueva e visigoda. Vêm-me à memória os nomes de grandes autoridades em vários aspectos desta matéria, como são os de Manuel Díaz y Díaz, meu mestre, Jacques Fontaine, Avelino de Jesus Costa, Mário Martins, Pierre David, José Geraldes Freire, Antonio Linage, Gonzalo Martínez Díez, J. N. Hillgarth, José Orlandis, José Mattoso, etc. Estes e muitos outros, que seria longo enumerar, produziram estudos fundamentais que estão na base de muitas das investigações e publicações mais recentes. Por tal motivo, esta resenha ou balanço do estado da arte, colocará as questões a partir dos grandes estudos dessa geração de investigadores, avançando e progredindo a partir deles para os contributos das gerações que lhes vão sucedendo.

Ao incluir no título a designação de estudo (ou estudos) sobre religiões, assumo que me ocuparei de quatro áreas: religião romana e ritos célticos e germânicos, que para simplificar serão abrangidos sob a designação de paganismo; religião cristã; religião judaica; religião islâmica. Como é evidente, cada uma destas secções corresponde a segmentos da sociedade, diferenciados pela sua condição étnica, estatuto social e tradições que representam.

---

\* Faculdade de Letras de Lisboa.

1. No início do séc. V, quando da penetração dos povos bárbaros na Península Ibérica, já o cristianismo se tinha implantado e constituído como religião oficial. Mas embora não abundem as fontes para determinar com segurança a profundidade e a extensão real dessa implantação, há indícios de que as tradições pagãs subsistiram nas mentes e nos costumes, em concorrência e sobreposição com as práticas cristãs. A chegada de novas tradições pagãs com a implantação dos povos germânicos parece ter vindo reacender algumas das práticas ancestrais de origem celta e romana.

Este é um campo que tem merecido a atenção dos investigadores. Uma parte desses estudos tem aparecido nas introduções à edição do *De correctione rusticorum* de São Martinho de Dume. Não sendo um tema novo, tem suscitado abordagens renovadas. Menciono, como das mais recentes, as de Mario Naldini que, seguindo a perspectiva corrente, escreveu sem mais modulações: «Com a instalação dos Suevos em 420, novos motivos tinham tornado ainda mais complexa a estrutura religiosa da Galécia: o novo paganismo ‘barbárico’ sobrepunha-se à permanência ainda bem enraizada do velho paganismo romano e a um cristianismo mesclado de heresia ariana e de uma persistente infiltração do rígido ascetismo priscilianista, que recobra vigor com a mudança favorável da autoridade na região»<sup>1</sup>.

Estas perspectivas tão categóricas têm vindo a ser modalizadas por leituras menos positivistas e mais abrangentes. Com efeito, o *De correctione rusticorum* não pode ser lido como documento histórico absoluto, abstraindo da sua função catequética e parenética, e ainda das múltiplas influências literárias que revela. Neste enquadramento se situa a posição de Aires Nascimento (1997) que, entre outras reflexões do mesmo tipo, não hesita em afirmar: «A prudência aconselha a tomar em conta tanto o plano da escrita em que o autor é condicionado pelas suas leituras, mesmo quando não tem os textos auxiliares perante os olhos, como o plano do destinatário que é naturalmente um homem do nível cultural equiparado ao de Martinho, sem pôr de lado o plano de uma realidade que, por generalizada, se pode tornar objecto de trabalho para uma catequese. Excluir um plano ou outro equivaleria a negar a funcionalidade do texto»<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> NALDINI, Mario – *Martino di Braga, Contro le Superstizioni, Catechesi al Popolo, De Correctione rusticorum*. Firenze: Nardini Ed., 1991, p. 12.

<sup>2</sup> BRAGA, Martinho de – *Instrução Pastoral sobre Superstições Populares, De Correctione rusticorum*. Ed., tradução, introdução e comentários de Aires A. Nascimento, com a colaboração de Maria João V. Branco. Lisboa: Cosmos, 1997, p. 49. Veja-se ainda:

Pela minha parte acrescento que é este o caminho a seguir em futuras investigações. É indispensável praticar uma hermenêutica que passe pelas múltiplas camadas de que é formado um texto. Este trabalho, que deve apoiar-se em estudos fundamentados e exaustivos da intertextualidade, é actualmente favorecido pelas colecções de textos em suporte informático, como é o caso da *Patrologia Latina* e dos *Monumenta Germaniae Historica*.

Não pretendo com isto desvalorizar trabalhos como os de V. Martinez, *El paganismo en la Espanã visigoda*<sup>3</sup>, e de S. Mac-Kenna, *Paganism and pagan survivals in Spain up to the fall of visigothic Kingdom*<sup>4</sup>, em que se estudam os resíduos das superstições pagãs na época visigoda. Há duas obras que continuam a merecer referência: a de E. Delaruelle, *La vie religieuse populaire en Septimanie pendant l'époque wisigothique*<sup>5</sup>, na qual é estudado de forma excelente o sentimento religioso; e a de J. N. Hillgarth, *Popular Religion in Visigothic Spain*<sup>6</sup>, estudo magistral sobre as superstições e a acção pastoral da Igreja. O que pretendo dizer é que está aberto o campo a novas perspectivas complementares, autorizadas em parte com novos dados fornecidos pelos documentos epigráficos e pela arqueologia.

2. Se há sector que tem sido submetido a uma profundíssima revisão, esse é o dos estudos que envolvem Prisciliano e o Priscilianismo. Em Portugal foi dado um passo em frente neste sentido com a tese de doutoramento do Professor Albino de Matos, defendida na Universidade de Coimbra. Muito recentemente (2005) veio a lume na Imprensa Nacional-Casa da Moeda uma tradução dos tratados atribuídos a Prisciliano feita por

---

PEREIRA, José Eduardo López – *Cultura, Relixión e Supersticións na Galicia Sueva: Martiño de Braga 'De correctione rusticorum'*. La Coruña: Universidade da Coruña, 1996. Monografías; 39.

<sup>3</sup> MARTINEZ, V. – El paganismo en la Espanã visigoda. *Burgense*. 13: 2 (1972) 489-508.

<sup>4</sup> MAC-KENNA, S. – *Paganism and pagan survivals in Spain up to the fall of visigothic Kingdom*. Washington: The Catholic University of America, 1938.

<sup>5</sup> DELARUELLE, E. – La vie religieuse populaire en Septimanie pendant l'époque wisigothique. *Anales Toledanos*. 3 (1971) 3-32.

<sup>6</sup> HILLGARTH, J. N. – Popular Religion in Visigothic Spain. In JAMES, Edward, ed. – *Visigothic Spain: new approaches*. Oxford: Clarendon Press, 1980, p. 3-60. Veja-se também MESLIN, Michel – Persistances païennes en Galice, vers la fin du VI<sup>e</sup> siècle. In BIBAUW, Jacqueline, ed. – *Hommages à Marcel Renard*. Bruxelles: Latomus, 1969, p. 512-524.

Ricardo Ventura <sup>7</sup>. Têm desenvolvido estudos nesta área intelectuais e universitários de Santiago de Compostela e da Corunha, de nome consagrado. Cito apenas, de um número extenso, os de Xosé Chao Rego <sup>8</sup>, teólogo estudioso da figura de Prisciliano, e o de José Eduardo López Pereira <sup>9</sup>, professor da Universidade da Corunha e director do *Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*. Hoje mesmo, dia 24 de Novembro, iniciou-se o *Primeiro Simposio Prisciliano*, em ambiente interdisciplinar, com a participação de teólogos, historiadores, arqueólogos e filólogos. Vem a propósito alertar que há algumas ideias instaladas que urge rever. Uma delas é a tendência para sobrevalorizar a pervivência do Priscilianismo durante o século VI. O facto de o primeiro Concílio de Braga (561) incluir nas suas actas uma declaração antipriscilianista que reproduz, em termos gerais, a condenação proferida contra esta heresia por Leão Magno dois séculos antes, não significa que ela estivesse viva. Na verdade, como do segundo Concílio de Braga (572) está ausente qualquer tipo de referência ao Priscilianismo, seria inexplicável como é que no espaço de dez anos esta heresia tinha sido completamente erradicada. Há, pois, revisões a fazer e pontos de vista a fundamentar, sem o que poderemos incorrer em pequenos deslizes de que resultam graves erros de interpretação histórica global.

3. Dentro desta mesma ordem de ideias, há que rever o enquadramento dado à figura de São Martinho, cuja chegada à capital do Reino Suevo anda envolta numa auréola de carácter hagiográfico, com nítidas intenções de aproximação política entre o reino Suevo e o reino Franco, ambos católicos, contra o Reino visigodo, ainda ariano. Um estudo das influências de João Cassiano, fundador de São Vitor de Marselha, na obra de Martinho de Dume revela-nos um Martinho com grandes influências do marselhês, que foi verdadeiramente o seu mestre de espiritualidade monástica. Martinho

---

<sup>7</sup> PRISCILIANO – *Tratados*. Estudo e tradução de Ricardo Ventura. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

<sup>8</sup> Autor, entre outros trabalhos, de *Prisciliano: profeta contra o poder*. Vigo: A Nosa Terra, 1999.

<sup>9</sup> In AA. VV. – *Prisciliano a través del tiempo: historia de los estudios sobre el Priscilianismo*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004. Sobre Prisciliano veja-se ainda: JORGE, Ana Maria C. M. – *L'Episcopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (IIIè-VIIè siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2002. Sob a orientação do Professor José Eduardo López Pereira foi concluída em 1999 a tese de doutoramento de Margarida Barahona Simões Esteves Pereira, entretanto publicada, *Prisciliano e as tensões religiosas do séc. IV*. Lisboa: Universidade Lusíada, 2002.

leu e releu as *Instituições* e as *Colações* de Cassiano, a ponto de o citar de cor e a livro aberto. Há boas razões para pensar que Martinho fez parte da sua formação em Braga, vindo provavelmente do Sul de França, onde conheceu Venâncio Fortunato, Radegunda, viúva do Rei Clotário, e a princesa Inês sua filha. Esta perspectiva é muito mais consentânea com um Martinho, profundo conhecedor da cultura latina, em especial de Séneca, que imita e cita a cada passo, de Santo Agostinho e de Cesário de Arles. Pelo contrário, a sua formação em grego é rudimentar, o que é incompatível com alguém que teria feito toda a sua formação no mundo oriental <sup>10</sup>.

Estas foram as conclusões de uma dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa em 1993 <sup>11</sup>. Posto que ainda não publicadas, foram aceites pelo Júri e pela comunidade científica da especialidade. Cito as palavras de D. Manuel Díaz y Díaz, sem dúvida um dos maiores especialistas desta época:

«Según este importantísimo trabajo, Martín de Braga, como Pascasio, han completado su formación en Dumio. Fué allí donde Martín conoció y aprendió a utilizar a Cassiano, aunque con la novedad de haberse servido de él para su misión pastoral, no con fines monásticos. Las obras de Cassiano, entre otras muchas producciones de carácter monástico, estarían en Dumio antes de la llegada allí de Martín, como quizás estarían otros códices, acaso en griego, usados para las diversas traducciones que debemos a ambos personajes bracarenses. La biblioteca podría muy bien ser consecuencia de los numerosos e frecuentes viajes por el mundo oriental de diversos clérigos de Braga (recuérdense los dos Avitos, y Orosio), y de las conexiones que en estas ocasiones se habrían establecido, singularmente a través del norte de África» <sup>12</sup>.

E o ilustre investigador aproxima este último aspecto das perspectivas defendidas por M. Martins, *Correntes de filosofia religiosa em Braga nos*

---

<sup>10</sup> Cf. ESPÍRITO SANTO, Arnaldo do – Origem e formação de Martinho de Braga. In Gregorio Hinojo Andrés & José Carlos Fernández Corte (Eds.) – *Munus Quaesitum Meritis, Homenaje a Carmen Codoñer*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2007, p. 263-271.

<sup>11</sup> ESPÍRITO SANTO, Arnaldo Monteiro do – *A recepção de Cassiano e das Vitae Patrum: um estudo literário de Braga no Séc. VI*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1993. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Texto policopiado.

<sup>12</sup> DÍAZ Y DÍAZ, Manuel – El Monacato Fructosiano y su Desarrollo. In CONGRESO EL MONACATO EN LA DIÓCESIS DE ASTORGA DURANTE LA EDAD MEDIA, Astorga, 15-17 de Diciembre de 1994 – *Actas*. Ed. G. Cavero Domínguez. Astorga: Ayuntamiento, D.L. 1995, p. 44.

*sécs. IV a VII*, Porto, 1950. Mas além de Mário Martins, muitos outros investigadores poderiam ser referidos, cujos estudos continuam a ser extremamente válidos.

4. Nesta resenha passarei adiante das implicações que teve para o cristianismo peninsular a ocupação da Bética pelos exércitos bizantinos, no tempo do imperador Justiniano (554), de que se ocupou J. Vives, quanto às suas repercussões na criação de dióceses e reorganização territorial <sup>13</sup>. Farei apenas uma referência muito breve às questões relacionadas com a geografia eclesiástica e a divisão diocesana. Mantêm-se de pé os trabalhos de Pierre David para o reino Suevo <sup>14</sup> e de Claudio Sánchez-Albornoz para a divisão diocesana visigoda <sup>15</sup>. As relações das dióceses entre si e com a Santa Sé foram estudadas por José Orlandis <sup>16</sup>.

5. Para o final do período da Antiguidade Tardia e início da Idade Média, vem à cabeça das histórias gerais o item do «Poder Sagrado do Clero», que por razões históricas de incapacidade das estruturas administrativas nascentes viu um campo aberto à criação de meios para colmatar as lacunas do poder civil e militar e moderar os seus abusos, apelando a formas de benemerência de inspiração religiosa. A acção dos bispos na organização da vida pastoral, da catequese do povo de Deus e do ensino para a formação do clero tem sido objecto de raros estudos, devido, sem dúvida, à escassez de fontes. Em 2002, veio a lume a obra de Ana Maria Jorge sobre o episcopado da Lusitânia, entre os séculos III e VII, que cobre todo o período suevo <sup>17</sup>. Para esta época apresentam-se como áreas de investigação prioritárias as da pregação e da implantação da vida monástica. Com efeito, sabe-se alguma coisa a partir de São Martinho, mas sabe-se pouco antes da sua época. E, provavelmente, ao contrário do que se diz,

<sup>13</sup> VIVES, J. – Nuevas diócesis ante la invasión bizantina. In *WILHELM Neuss zum 80 Geburtstag. 24 Juli 1960*. Münster Westphallen: Aschendorff, 1961, p. 1-9.

<sup>14</sup> DAVID, Pierre – *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa: Livraria Portugália Editora; Paris: Les Belles Lettres, 1947.

<sup>15</sup> SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – Fuentes para el estudio de las divisiones visigodas. In IDEM – *Investigaciones y documentos sobre las instuciones hispanas*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1970, p. 66-107; e ainda IDEM – Sobre las *nominae Sedium Episcopatum*. In *Ibidem*, p. 108-113.

<sup>16</sup> ORLANDIS, José – *La Iglesia en España visigótica y medieval*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1976, p. 61-93.

<sup>17</sup> Cf. nota 9.

com algum fundamento em Isidoro de Sevilha, foi Dume que formou Martinho e não Martinho que fundou Dume. Em termos mais simples, há indícios da existência de vida monástica em fase anterior a meados do século VI. Um estudo atento da epigrafia poderá trazer novidades nesse campo. É conhecida uma inscrição de Fronteira, região de Portalegre, que faz menção de uma menina que viveu num mosteiro durante oito anos. Um estudo recente parece confirmar que essa inscrição é de finais do século V, ou de princípios do século VI <sup>18</sup>. Tratar-se-á, sem dúvida, de um mosteiro de tipo familiar, uma realidade desconhecida em época tão recuada.

6. A partir da época de São Martinho, são vários os estudos consagrados ao ascetismo como forma de espiritualidade. Tem-se privilegiado a área do monaquismo suevo-visigodo, com incidência especial na formação daquilo a que José Orlandis chamou «Congregación Dumiense». Mas este autor, que começou por atribuir à época de São Martinho a existência de uma federação de mosteiros, acabou por abrandar as suas certezas e refugiar-se num simples «parece que» <sup>19</sup>. Com efeito, se há indícios indiscutíveis da existência de uma federação de mosteiros que se regiam pela *Regula communis*, de ambiente frutuosiano, não é certo que esse modelo de organização tenha existido um século antes.

São muitos os estudos que se têm dedicado à figura e à obra de São Frutuoso de Braga, figura sem-par que exerceu uma enorme influência no seu tempo e depois da sua morte, e particularmente no período da reconquista. Verdadeiramente importantes são os textos monásticos que lhe andam associados. Mesmo havendo dúvida se um ou outro é da sua autoria, todos concordam que se trata de textos que foram compostos em ambiente frutuosiano. Em torno deles, puderam construir-se teorias sobre a existência prévia de um ascetismo de tipo familiar, com uma grande abertura para os mosteiros dúplices através da instituição da *tuitio*, pela qual um determinado monge, experiente e de vida santa, se podia encarregar da protecção de mosteiros femininos; pôde ainda caracterizar-se um certo tipo de federação de mosteiros, que Orlandis define como a *Sancta regula communis*. Sobre

---

<sup>18</sup> Cf. DIAS, Maria Manuela Alves; GASPAR, Catarina Isabel Sousa – *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2006, p. 257-260; inscrição nº 156.

<sup>19</sup> ORLANDIS, José – El Movimiento Ascetico de S. Frutuoso y la Congregacion Monastica Dumiense. In *ESTUDIOS sobre Instituciones monasticas medievales*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1971, p. 74 e ss.



cada um destes aspectos surgiram teses valiosas com grande profundidade de análise e riqueza documental. Baste recordar a monumental obra em três volumes de Antonio Linage Conde, *Los orígenes del Monacato benedictino en la Península Ibérica*<sup>20</sup>, em cujo primeiro volume são tratadas as questões relativas ao Monacato pré-beneditino. Uma extensíssima bibliografia sobre o monaquismo visigodo é recolhida nas páginas 22 a 57 deste volume. Sobre a mesma matéria, uma excelente visão de conjunto é-nos dada por Anscari Mundó, em *Il Monachesimo nella Penisola Iberica fino al sec. VII*<sup>21</sup>. Note-se, ainda, que o Padre Mário Martins dedicou um livro ao tema do monaquismo futuosiano<sup>22</sup>. Assim, pouco mais haverá a acrescentar às conclusões a que chegaram Mundó, Bishko, Orlandis, Díaz y Díaz e Mattoso em matéria de caracterização das comunidades monásticas familiares, das fundações privadas de igrejas e mosteiros, do regime pactual que regula as relações dos monges com o abade e a comunidade monástica. Mas esta área de estudos é inesgotável. Na verdade, por altura da celebração do décimo terceiro centenário da morte de São Frutuoso realizou-se em Braga um congresso, cujos trabalhos foram publicados na revista *Bracara Augusta* nos volumes XXI (1967) e XXII (1968). São cerca de trinta artigos directamente relacionados com a figura de São Frutuoso e a sua obra e outros tantos de temática anexa. Mas muitas questões permanecem em aberto e são passíveis de actualização. Há cerca de um ano, Paula Barata Dias apresentou à Universidade de Coimbra uma dissertação de doutoramento que contém uma edição crítica actualizada da *Regula Fructuosi*, com a respectiva introdução, e um estudo abundante sobre *A Dinâmica do Monaquismo de Inspiração Frutuosiana*<sup>23</sup>. Será bem-vinda a sua publicação.

7. Dado o alongamento desta resenha, seria tentado a nem sequer fazer uma referência ao funcionamento das instituições eclesiásticas, em particular dos concílios, não fora a importância que tiveram na vida política do

---

<sup>20</sup> LINAGE CONDE, Antonio – *Los orígenes del Monacato benedictino en la Península Ibérica*. León: Centro de Estudios e Investigaciones «San Isidor», 1973.

<sup>21</sup> MUNDÓ, Anscari – *Il Monachesimo nella Penisola Iberica fino al sec. VII*. In *IL MONACHESIMO nell'alto medioevo e la formazione della civiltà occidentale*. Spoleto: Centro italiano di studi sull'alto Medioevo, 1957.

<sup>22</sup> MARTINS, Mário – *O Monacato de S. Frutuoso de Braga*. *Biblos*. 26 (1950) 314-412.

<sup>23</sup> DIAS, Paula Barata – *Os Textos Monásticos de Ambiente Frutuosiano*, (séc. VII). 2 vols. Viseu: Fundação Mariana Seixas, 2008.



reino visigodo e o pretexto que a legislação por eles aprovada me dá para fazer uma ligeiríssima alusão à minoria judaica. Os grandes estudos sobre as colecções canónicas visigodas são da autoria de Gonzalo Martínez Díez, que em colaboração com Félix Rodríguez publicou a colecção canónica hispana, em que se incluem as actas dos concílios visigodos <sup>24</sup>. Um deles é o quarto concílio de Toledo, que tomou uma série de decisões para regulamentar as relações entre Judeus e conversos, por entre medidas de outra natureza. Assim, no cânone 57 ficou legislado que nenhum judeu seja forçado a converter-se ao cristianismo. Mas também ficou legislado que quem prestar ajuda aos Judeus contra os cristãos, mesmo sendo bispo ou clérigo, seja excluído da Igreja Católica. Nas entrelinhas das determinações conciliares, algumas muito gravosas, como aquela que ordena que os filhos dos Judeus sejam retirados a seus pais e entregues a cristãos para que os eduquem na Fé, lê-se que os Judeus contavam com a protecção do povo e que se praticavam casamentos mistos, que a partir de agora são proibidos. Uma boa síntese sobre esta problemática é a de Haim Beinart, *Los Judíos en España* <sup>25</sup>. A vida não era fácil para uma minoria sujeita a medidas discriminatórias que lhe impediam de todos os modos o contacto com os cristãos e especialmente com os conversos. Uma vasta bibliografia sobre esta matéria pode encontrar-se na obra citada.

Para uma visão da Liturgia, continua a ser válida a obra já clássica de G. Prado, *Manual de Liturgia hispano-visigótica o mozárabe* <sup>26</sup>; uma boa síntese sobre este assunto encontra-se no *Dictionnaire d'archéologie chrétienne et de liturgie*, da autoria de F. Cabrol <sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> MARTÍNEZ DíEZ, Gonzalo – *La Colección Canónica Hispana*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Enrique Flores. Cf. também VIVES, J. – *Concilia Visigóticos e hispano-Romanos*. Barcelona; Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1963.

<sup>25</sup> BEINART, Haim – *Los Judíos en España*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. Cf. Ainda AMADOR DE LOS RÍOS, José – *Historia social, política y religiosa de los judíos de España y Portugal*. Madrid: Aguilar, 1960, particularmente o cap. II, «Los Judíos durante la invasión de los Bárbaros y bajo la monarquía visigoda».

<sup>26</sup> PRADO, G. – *Manual de Liturgia hispano-visigótica o mozárabe*. Madrid: Editorial Voluntad, 1927.

<sup>27</sup> CABROL, F. – Liturgie Mozárabe. In *DICTIONNAIRE d'archéologie chrétienne et de liturgie*. XII-1 Paris: Libr. Letouzey et Ané, 1935, p. 390-491. Cf. ainda: RECIODIR, Juan Francisco Rivera – *Estudios sobre la Liturgia Mozarabe*. Toledo: Diputación Provincial, 1965.

8. E finalmente uma brevíssima nota sobre o islão. É abundante e de grande qualidade histórica e científica a literatura que recentemente se tem produzido sobre a religião islâmica em si mesma. A título de exemplo, foi publicada uma obra acessível, de um grande especialista da matéria, Matthew S. Gordon, que nos dá uma visão sintética das suas origens e desenvolvimento, textos e espaços sagrados, princípios éticos, morte e vida no além <sup>28</sup>. Este tipo de obra facilita o acesso e a hermenêutica de textos e factos que directamente se prendem com a época sobre a qual incide esta nota: a convivência entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica entre os séculos VIII e X. Alguns estudos, particularmente da primeira metade do século XX, estão marcados por um espírito apologético que afectou negativamente a interpretação isenta e objectiva dos documentos, num e noutro sentido.

Um estudo que veio marcar uma viragem que se já se fazia anunciar de algum tempo atrás foi publicado por Dominique Millet-Gérard <sup>29</sup>. De mencionar é também a série de trabalhos apresentados em *Settimana di Studio del Centro Italiano sull'Alto Medioevo* <sup>30</sup>. Obra de base indispensável é a publicação das fontes moçárabes de Juan Gil <sup>31</sup>. De grande utilidade é a consulta do *Buletin d'Arabe Chrétien, Newsletter Christian Arabic Studies*. No número de 1999 anunciou-se uma tese de doutoramento em curso sobre uma tradução dos Evangelhos de latim para árabe em 946 <sup>32</sup>. Aí são divulgadas novas pistas de investigação e publicitados os resultados dos trabalhos já concluídos. Entre nós tem desenvolvido estudos nesta área o Professor Adel Sidarus. De entre os seus trabalhos refiro *Arabismo e traduções árabes em meios luso-moçárabes* <sup>33</sup> e *A islamização religiosa*

<sup>28</sup> GORDON, Matthew S. – *Entender el Islam*. Barcelona: Ed. Blume, 2005.

<sup>29</sup> MILLET-GERARD, Dominique – *Chrétiens mozarabes et culture islamique dans l'Espagne des VIIIe-IXe siècles*. Paris: Études Augustiniennes, 1984.

<sup>30</sup> CENTRO ITALIANO SULL'ALTO MEDIOEVO – *Settimana di Studio del Centro Italiano sull'Alto Medioevo*, 12. Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1965, em particular: SANCHEZ-ALBORNOZ, C. – El Islam de España y el Occidente, p. 149-309; e DELLA VIDA, G. Levi – I Mozarabi tra Occidente e Islam, p. 667-697.

<sup>31</sup> GIL, Juan, ed. – *Corpus scriptorum muzarabicorum*. Instituto Antonio de Nebrija, 1973.

<sup>32</sup> ROISSE, Philippe – *La traduction des évangiles du latin en arabe par Ishâq b. Balashk al-Qurtubi (Isaac Velázquez) en 946 après J.C.* (édition critique, traduction et étude). Université de Grenade; directeur de la thèse: Prof. Fórneas Besteiro.

<sup>33</sup> SIDARUS, Adel – *Arabismo e traduções árabes em meios luso-moçárabes. Collectanea Christiana Orientalia*. 2 (2005) 207-224.

*do extremo Gharb Al-Andalus (séculos VIII-X)*<sup>34</sup>. Este trabalho apresenta uma bibliografia sumária de grande pertinência para o tema da islamização do sul e do ocidente peninsular.

9. Chegados a este ponto, cabe perguntar: de todo este acervo de investigações, que se depreende sobre o sentido do sagrado na vivência quotidiana de cada indivíduo? qual o seu relacionamento pessoal com Deus, quais as suas angústias e os seus receios perante a morte? ou quais as manifestações colectivas pelas quais se manifestam as crenças no além? Etc. Um livro com o título de *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, publicado sob a direcção de José Mattoso, procura encaminhar-se nesse sentido. A verdade é que dos dois artigos que se referem à época que nos ocupa, só um deles tem verdadeiro interesse, porque se apoia em dados arqueológicos seguros, plurifacetados e ricos de informação. Refiro-me ao artigo de Cláudio Torres e Santiago Macías, *Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola*<sup>35</sup>. Nem sempre é fácil extrair dos textos informação similar. A hagiografia tem-se revelado um campo fértil para esse efeito. A vida de um santo ou de um mártir que nunca existiram pode conter informações preciosas sobre a mentalidade de uma época, mentalidade que se configura no autor do texto e dos seus destinatários. Este é o caminho que a nova geração de investigadores em estudos das religiões deverá percorrer, com muito sentido crítico, distinguindo perfeitamente as várias camadas de significado e indo além da superfície opaca do texto. E neste contexto, para concluir, não deixarei de mencionar com aplauso o trabalho de equipa e interdisciplinar desenvolvido pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica. É sem dúvida esse o rumo a seguir.

---

<sup>34</sup> IDEM – A islamização religiosa do extremo *Gharb Al-Andalus* (séculos VIII-X). In COLÓQUIO INTERNACIONAL PORTUGAL, ESPANHA E MARROCOS, O MEDITERRÂNEO E O ATLÂNTICO, 2-4 de Novembro de 2000 – *Actas*. Org. Teresa Júdice Gamito. Faro: Universidade do Algarve, 2004, p. 113-132.

<sup>35</sup> MATTOSO, José, coord. – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995.